

Posição dos consumidores perante a oferta efectuada pela Telefonica à Portugal Telecom para adquirir a Vivo Brasil

DECLARAÇÃO CONJUNTA

Os consumidores e utilizadores são uma peça fundamental e constituinte de qualquer atividade empresarial. Em especial, de operações tão fundamentais e directas como os serviços de telecomunicações. O carácter principal da sociedade civil como utilizadora desses serviços existe, não é inventado: há que reclamá-lo!. Não estamos perante um couto privado para decisões exclusivas de empresários, acionistas, reguladores, legisladores e Governos. Por esse motivo, as associações signatárias desta tomada de posição manifestam-se perante a opinião pública ibérica e europeia como voz da sociedade civil em relação ao veto exercido pelo Primeiro Ministro da República Portuguesa à decisão de venda da participação na Vivo Brasil à Telefonica por parte da Portugal Telecom.

Segundo os últimos dados publicados pelo organismo supervisor do mercado das telecomunicações em Portugal, durante o primeiro trimestre de 2009, as reclamações enviadas pelos consumidores e utilizadores portugueses à Autoridade Nacional das Comunicações – ANACOM – foram 39 por cento superiores às enviadas no mesmo período do ano anterior, alcançando o número total de 10.365, das quais 8.275 reclamações se referem ao sector das comunicações electrónicas. Entre elas, destacam-se as queixas por deficiências na assistência técnica, defeitos nos equipamentos e avarias por suspensão ou corte do serviço. Os serviços de acesso à internet, o serviço telefónico local fixo e o serviço de televisão digital foram as áreas específicas que registaram as taxas de queixas mais elevadas por cada 1.000 clientes.

A Portugal Telecom é a companhia herdeira do antigo monopólio telefónico do Estado português, e ainda conserva uma situação de predomínio em quase todo o território e sobretudo na Madeira e nos Açores.

A flexibilidade na regulação em matéria de telecomunicações impulsionada pelo Governo de José Sócrates está a fazer disparar as queixas dos utilizadores,

apesar de também ser verdade que com isso colocou Portugal numa posição avançada em tecnologias de última geração como a FTTH ou a fibra ótica. No entanto, Portugal ainda não alcançou a maturidade plena desejável em assuntos básicos para o desenvolvimento da sociedade do conhecimento, como a penetração da banda larga para acesso à internet ou o próprio serviço universal telefónico. Projetos emblemáticos como o nó de ligações na Madeira ou o cabo submarino de fibra ótica com as Canárias estão atrasados por falta de orçamento. Seja como for, nessas zonas “ultraperiféricas” da União Europeia, a dependência dos fundos públicos para a melhoria das telecomunicações é muito elevada, contribuindo para elevadas taxas de endividamento público.

Se as telecomunicações são um setor chave na economia europeia, não há dúvida que a sociedade portuguesa no seu conjunto tem, nesta altura, a oportunidade histórica de dar um impulso decisivo ao seu desenvolvimento. A Portugal Telecom recebeu uma oferta de compra da participação na Vivo Brasil que, depois de duras negociações dos seus principais acionistas com a Telefonica, atingiu o montante de 7.150 milhões de euros, um valor que representa, em termos macroeconómicos, cerca de 3 por cento do PIB do conjunto de uma economia que canaliza para Espanha 27 por cento das suas exportações e que recebe do seu vizinho Ibérico quase 50 por cento dos seus visitantes turísticos.

Um número, também, cuja magnitude em termos empresariais supera o endividamento total a curto, médio e longo prazo da Portugal Telecom, e que permitiria, portanto, à principal operadora portuguesa, realizar investimentos importantíssimos em infra-estruturas de telecomunicações em todo o país.

Causa-nos estranheza que o Primeiro Ministro do Governo português tenha decidido vetar, neste momento, uma operação que pressupõe um apoio enorme aos programas públicos de desenvolvimento da sociedade digital, ainda por cima tendo em conta o delicado momento financeiro internacional e a conjuntura específica em Portugal, onde o investimento caiu 12,6 % e a balança de capitais e por conta corrente continua com números negativos negativos que rondam 10 por cento do PIB.

Os 7.150 milhões de euros provenientes da venda da sua participação na Vivo Brasil proporcionariam à Portugal Telecom enormes possibilidades de investimento para a melhoria do mercado nacional das telecomunicações, o que tornaria possível uma posição competitiva do país num aspeto central da economia. Assim o entenderam os próprios acionistas da empresa, que aprovaram em Assembleia Geral, com uma maioria qualificada de 73,9%, essa importante oferta. A ação do Governo seria muito mais compreensível se visasse não o veto da operação mas a negociação, com a própria empresa, de planos conjuntos de desenvolvimento e melhoria num setor estratégico que também é importante para a manutenção do emprego, pois num ambiente recessivo para a economia portuguesa como foi o exercício de 2009, a Portugal Telecom aumentou os seus quadros 5,2 por cento, alcançando no fecho do exercício investimentos materiais valorizados em 4.862,2 milhões de euros.

Por outro lado, ninguém pode ignorar neste momento a delicada situação de que enferma há longos meses a economia da União Europeia no seu conjunto, com sérios embates dos mercados financeiros a países como a Grécia, Espanha, Portugal, os quais têm conseguido defender-se, é verdade, com instrumentos de

cooperação inéditos, mas com um enorme custo no bem-estar, no desemprego e em cortes sociais de todo o tipo. Neste contexto, não é falso nacionalismo dizer que seria bom que os 7.150 milhões de euros que oferece a Telefonica à Portugal Telecom pela sua participação financeira na Vivo Brasil ficassem na Península Ibérica, que ficassem na Europa. A Europa como projecto histórico será menos forte onde estiver o seu elo mais fraco. Este é o método comunitário.

O acordo também é uma oportunidade para Espanha, visto que, se a Portugal Telecom aproveitar esses fundos para dar um salto de gigante em qualidade e capacidade de serviço no sector das telecomunicações, tal avanço será mais um incentivo para a melhoria das prestações da rede espanhola, infinitamente mais se a comparação for feita com países não tão próximos mas sim distantes em todos os sentidos. Exemplo histórico de dimensão universal desse efeito simpático de proximidade e vizinhança quando as relações bilaterais foram e continuam a ser tão intensas são as gestas dos grandes navegadores lusos, que serviram de modelo e guia para as dos próprios espanhóis, não sendo de pouca monta a primeira circum-navegação do mundo iniciada por Magalhães e concluída por Elcano e por um punhado de heroicos sobreviventes.

Ao Brasil, por seu lado, como economia emergente, onde a Vivo Brasil que é uma empresa cuja gestão é exercida por Telefonica, a situação não lhe é indiferente, visto que, se José Sócrates persistir na sua particular utilização de um instrumento já caduco do ponto de vista económico e jurídico como a “golden share”, usando-a não para juntar-se à maioria democrática que são os consumidores mas sim para defender ao fim e ao cabo o que não passa de meras cadeiras num conselho de administração, vai ter uma boa oportunidade de tentar apropriar-se directamente desse investimento significativo, para o qual estaria perfeitamente no seu direito, quer através de um aumento directo de capital, quer através de uma eventual divisão de activos. No pior dos casos, se a Telefonica não conseguisse concluir o processo, o investimento poderia acabar por ser desviado para outros mercados, como a Índia ou a China. Ou seja, perder-se-ia a oportunidade de assentar as bases para um avanço espetacular no sector das telecomunicações no mercado português e, por arrastamento, no mercado espanhol e europeu.

Por outro lado, não podem considerar-se correctas as declarações do Primeiro Ministro Sócrates ao diário EL PAIS de Madrid, no sentido de que o investimento da Portugal Telecom na Vivo Brasil seria um investimento estratégico – e não só porque isso já foi desmentido pelos próprios acionistas da PT ao aprovarem de forma tão maioritária a sua venda -, visto que, por quota acionista e por dimensão, a Portugal Telecom não exerce nem pode exercer uma gestão que está em mãos da Telefonica como principal acionista da Vivo Brasil e uma das principais operadoras da América Latina.

Os subscritores desta declaração acreditam que o Primeiro Ministro José Sócrates está equivocado ao pretender ser o intérprete da suposta vontade estratégica da Portugal Telecom contra os seus próprios acionistas. Manifestamos o nosso pesar por esse gesto de orgulho e falta de perspectiva, que o levou a esquecer as legítimas aspirações da maioria democrática constituída pelos consumidores e utilizadores. Só se for rectificado a tempo por convicção democrática, sem imposições de ninguém e trabalhando com unidade, poderemos influenciar positiva e decisivamente a correcta aplicação e utilização

de tão importante injeção de fundos, para construir um enriquecedor nó de intercomunicações em Portugal; porta da Europa, porto e ponte do Atlântico. Porque se melhorar é sempre possível e exigível às empresas que prestam serviços universais e de interesse geral, é muito mais, ninguém o duvida, quando estas dispõem de recursos. Que esperamos?

A Ausbanc já apresentou várias acções contra a Telefonica España, entre as quais se destaca a reclamação, à operadora, de 458 milhões por abuso de posição dominante perante a redução de margens nos preços de ADSL cobrados a empresas grossistas da concorrência e a acção pelo corte no fornecimento do serviço de telefones fixos e móveis e de ADSL, que afectou 600.000 utilizadores da Extremadura, região que faz fronteira com Portugal.

Departamento de Comunicação

Tfno: 91 541 61 61

e-mail.: prensa@ausbanc.com